



Número: **0014217-44.2018.8.17.2370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho**

Última distribuição : **25/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.500,00**

Assuntos: **Perdas e Danos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYVISON CREANDRO DA SILVA (AUTOR)		BRUNO LEANDRO RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) GILMARA CINTIA RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
HERMES FISCHER DE LYRA (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
35911 470	25/09/2018 11:02	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
35911 519	25/09/2018 11:02	<a href="#">BO</a>	Documento de Comprovação
35911 541	25/09/2018 11:02	<a href="#">CNH</a>	Documento de Identificação
35911 562	25/09/2018 11:02	<a href="#">DPVAT</a>	Documento de Comprovação
35911 574	25/09/2018 11:02	<a href="#">LAUDO E SAMU</a>	Laudo Pericial
35911 671	25/09/2018 11:02	<a href="#">Laudo</a>	Laudo Pericial
35911 791	25/09/2018 11:02	<a href="#">PRONTU+ÚRIO 1</a>	Documento de Comprovação
35911 800	25/09/2018 11:02	<a href="#">PRONTU+ÚRIO 2</a>	Documento de Comprovação
35911 949	25/09/2018 11:02	<a href="#">Radiografia</a>	Documento de Comprovação
35912 104	25/09/2018 11:02	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
41103 697	13/02/2019 10:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
41414 236	18/02/2019 15:25	<a href="#">Citação</a>	Citação
41422 930	18/02/2019 16:30	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
41454 806	19/02/2019 09:41	<a href="#">REMESSA CORREIOS</a>	Certidão
42821 938	22/03/2019 15:18	<a href="#">Comprovante de recebimento de AR</a>	Certidão
42822 050	22/03/2019 15:18	<a href="#">14271-44.2018</a>	Aviso de recebimento (AR)

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE.

**DEYVSON CREANDO DA SILVA**, brasileiro, divorciado, estudante, portador da cédula de identidade RG nº 6702893, inscrito no CPF sob o nº 049.250.194-73, residente e domiciliado na Rua Bom Sucesso, nº 45, Nova Morada – Ponte dos Carvalhos, CEP nº 54535-400 Cabo de Santo Agostinho/PE, por intermédio de seus advogados e bastante procurador “in fine” assinado, com escritório profissional localizado no endereço constante do rodapé da presente, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

#### **AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da [Lei nº 1.060](#), de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, [parágrafo único](#); 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

#### **DOS FATOS**

No dia 17 de maio de 2016, quando o autora, ainda morava no Estado do Piauí, ele juntamente com sua ex esposa, trafegava na motocicleta Yamaha/xXTZ, ano 2014/2015, placa PIF 5673, com destino à faculdade. Quando trafegando na quadra “k” do Residencial Tereza Crista, surgiu abruptamente um outro veículo que colidiu com a motocicleta que estava pilotando. Esse segundo veículo (S10, preta, placa ODU 8934 de propriedade de Clautina Ribeiro de Moraes da Costa, conduzida na oportunidade pelo Sr. Humberto) colidiu na lateral esquerda da moto, e com o impacto o autor e sua ex esposa caíram e sofreram graves lesões (tudo conforme boletim de ocorrência anexada aos autos). O autor fora socorrido



por uma equipe do SAMU (número do chamado 3282) e levado ao Hospital de Urgência de Teresina (H.U.T) (PRONTUÁRIO Nº 404494)

Em razão da colisão o autor sofreu traumatismo, em sendo assim, submeteu-se à procedimento cirúrgico de fratura do planalto tibial (joelho), fratura em diáfise distal da fíbula (tornozelo , em razão das múltiplas fraturas em diáfise próxima da tíbia), conforme prontuário médico nº 404494, tais lesões acarretaram ao autor limitações funcionais permanente do joelho em 50%. Destaca-se também que atualmente o autor apresenta cicatrizes no joelho, perna e tornozelo esquerdo, além de PLACAS E PARAFUSOS METÁLICOS NO JOELHO E PERNA ESQUERDA -aumentando o volume de partes moles- (tudo conforme perícia anexada aos autos).

Conforme posto anteriormente, o autor em razão da colisão automotiva, possui limitação funcional PERMANENTE, e por tal razão, em 10/07/2018, o autor requereu administrativamente junto à seguradora o pagamento do seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (conforme documentação anexada aos autos). A seguradora por sua vez, recebeu o pedido de indenização e o sinistro foi cadastrado sob o número 3180330931. No entanto em 13/08/2018, sem qualquer justificativa plausível a segurado ré, negou seu pedido sob a alusão de inexistência de sequelas.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização de R\$ 13.500,00, referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do evento danoso.

Além da indicada indenização, em razão de ter sido negado ao autor um direito líquido e certo devidamente comprovado por contundentes provas, provas essas que o autor tivera de reunir ao longo do tempo, despendendo tempo para tal, além de também ter gasto tempo enviando toda documentação necessária à seguradora, que alimentando seu sentimento de justiça pelo acidente sofrido em receber o seguro obrigatório (DPVAT), negou injustificadamente, fazendo como que o autor amargue um procedimento judicial que em razão da grande demanda do poder judiciário demandará longo tempo, requerer que a ré, também seja condenada a indenizar o autor pelos danos morais sofridos pelo mesmo no importe de R\$ 5.000,00.

## DO PEDIDO

*Ex positis*, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

- a) A concessão da justiça gratuita, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da [Constituição Federal](#) e o art. 2º, [parágrafo único](#), da Lei nº 1.060/50.
- b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação ao Réu, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;
- e) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros no valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00. Além do dano moral sofrido (como posto anteriormente), no importe de R\$ 5.000,00.
- f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais de 20%.



g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 18.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

Termos que pede deferimento.

Cabo de Santo Agostinho, 19 de setembro de 2018.

Dra. Gilmara Cintia Ribeiro da Silva.

OAB/PE 27.319

Dr. Bruno Leandro Ribeiro da Silva.

OAB/PE 27.319

